



Revista Foco – 31 Out 2004

Mudanças no...horizonte

Tem leilão de energia no fim do ano. E o indexador dos contratos será o IPCA

O Ministério de Minas e Energia promoverá, entre o fim de novembro e o início de dezembro, um megaleilão de energia elétrica. Serão vendidos cerca de 55 mil MW. Houve muita polêmica na hora de definir o indexador que corrigirá os contratos. A ministra Dilma Rousseff defendia o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que serve de referência às metas de inflação no

Brasil. Representantes do setor eram contra. Preferiam o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), que corrige os contratos firmados à época da privatização. A ministra ganhou a batalha.

"O problema é que a maior parte dos financiamentos que as empresas de energia contraíram é atrelada ao IGPM", justifica Cláudio Sales, presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica. "Com a mudança, as companhias vão ser obrigadas a contratar hedge (proteção obtida, em geral, no mercado de derivativos)." Mas não é isso que qualquer corpo razão estrangeira faz? "Sim", responde Sales. "O problema é que se está falando de um setor regulado, no qual direitos e obrigações são prefixados", afirma.

O setor de telecomunicações vai passar por um teste importante no fim de 2005, quando serão revistos os contratos firmados à época da privatização do sistema Telebrás. Mas, ao contrário de suas correspondentes na área de energia, as empresas de telecomunicações não parecem nem um pouco preocupadas. Aceitam com tranquilidade a proposta da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), de trocar o atual IGP- DI por um índice setorial. "É o que foi acertado na época da privatização", justifica José Fernandes Pauletti, presidente da Associação Brasileira de Prestadoras de Serviço Telefônico Fixo Comutado (Abrafix). A entidade representa, entre outras empresas, a Telemar e a Telefônica. Neste momento, as companhias discutem com a Anatel a composição exata desse índice.